



Assoreamento no Mondego aumentou impacto das cheias em Coimbra

Sistema de protecção do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha não estava preparado para suportar pressão da água

Mau tempo

Sérgio C. Andrade,
Camilo Soldado

A EDP Produção não sentiu necessidade de abrir qualquer descarregador no último fim-de-semana na barragem da Aguieira, descartando assim responsabilidades pelo caudal do Mondego que voltou a inundar o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra. Segundo informação técnica da EDP transmitida pelo gabinete de imagem da empresa, a pedido do PÚBLICO, a EDP “geriu a cota da albufeira (...) por forma a ter, na sexta-feira” - véspera da chuvada - “uma cota próxima do valor mínimo para encaixe de uma eventual cheia”.

A mesma fonte acrescenta que essa gestão foi feita em coordenação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), “tendo sempre em conta os limites de segurança das estruturas”.

As informações da EDP contrariam assim a directora regional de Cultura do Centro, Celeste Amaro, que responsabilizou as “descargas abruptas” naquela barragem, a propósito das inundações de há um mês.

Em 2002 um estudo solicitado pelo Ministério do Ambiente à Ordem dos Engenheiros, na sequência das cheias registadas na zona de Coimbra no ano anterior, aconselhava algumas medidas para prevenir ou minimizar o impacto do fenómeno, que provocara enormes prejuízos. O desassoreamento do Mondego, a criação de um sistema de alerta mais eficiente e pela subida da cota máxima do rio à passagem por Coimbra eram algumas delas.

Co-autor do estudo em questão, Alfeu Sá Marques, professor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, diz que algumas das recomendações até foram seguidas, mas que outros factores fizeram com que as inundações de 11 de Janeiro e do último fim-de-semana tenham atingido a dimensão conhecida. Ainda assim, aponta “falhas de planeamento” e “de revisão de procedimentos”. Alfeu Sá Marques, que fez parte da

comissão de acompanhamento do programa Polis - que requalificou áreas das margens Norte e Sul de Coimbra na década passada - explica que o sistema designado por Aproveitamento Hidráulico do Mondego não é suficiente para impedir as consequências das cheias.

O sistema composto, a montante de Coimbra, pelas barragens da Aguieira, Fronha e Raiva e, a jusante, pela ponte-açude de Coimbra está construído de forma a para suportar 1200 metros cúbicos por segundo. Segundo os dados recolhidos pelo docente, no passado fim-de-semana o valor registado andava na ordem dos 2000 metros cúbicos por segundo.

O especialista em Hidráulica e Recursos Hídricos explica que, para além de não se ter procedido ao desassoreamento do Mondego, foram construídas duas pontes no rio nos últimos 15 anos (a ponte pedonal Pedro e Inês e a Ponte Rainha Santa Isabel) que contribuem para a subida do seu caudal.

Na reunião de ontem da Câmara de Coimbra, os representantes das forças políticas coincidiram em apontar o assoreamento do Mondego como principal causa da dimensão das cheias.

Câmara culpa APA

Numa tomada de posição escrita, levada à reunião, autarquia considera “inaceitável que a APA se demita de ser o responsável pelo desassoreamento do Mondego”. O protesto deve-se ao facto de a câmara surgir identificada no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis como responsável pela medida.

Em resposta, a APA enviou ao PÚBLICO o acordo celebrado com o município, em Março de 2013. No texto pode ler-se que foi acordado entre as duas entidades que seria a câmara a assumir os “estudos complementares previstos na Declaração de Impacte Ambiental”. O município adjudicou um contrato à empresa Cenor, Consultores, SA dois anos depois, em Julho de 2015, por um valor de 53.500 euros e um prazo de execução de dois meses e meio.

Presidente da autarquia à data da assinatura do entendimento



A água invadiu o mosteiro posto a descoberto no final dos anos 90 e destruiu equipamentos e documentos do centro de interpretação do monumento

com a APA, o social-democrata João Paulo Barbosa de Melo afirma que este estudo “é fundamental para fazer o desassoreamento do Mondego”. Barbosa de Melo conta que, “como a APA não tinha dinheiro”, o município “ofereceu-se para

O sistema concebido para impedir o rio de voltar a invadir o mosteiro, que esteve parcialmente submerso durante séculos, custou seis milhões euros - mas não evitou a inundação

pagar os estudos que faltavam”. Manuel Machado explica que o estudo adjudicado em Julho “agrega duas intervenções necessárias em simultâneo”. O autarca descreve que as operações de desassoreamento têm de ser levadas a cabo



2mil

centímetros cúbicos/segundo foi o caudal do Mondego no passado fim-de-semana. A obra hidráulica do Mondego está feita para um máximo de 1200



para conter este volume de água". Celeste Amaro diz que a água "entrou por todo o lado", incluindo portas de contenção e tampas de águas pluviais e fala da necessidade de "rever todo o sistema".

Uma ensecadeira foi construída mesmo antes de as obras de reabilitação do espaço terem lugar. Do total de 16 milhões de euros gastos para recuperar o espaço, o sistema de protecção custou seis milhões.

"A ensecadeira já estava em construção quando ganhámos o concurso público, em 2002. A nossa tarefa era também escondê-la, ou disfarçá-la", diz o arquitecto Alexandre Alves Costa, lembrando que a intervenção que desenhou para o museu, com Sérgio Fernandez, implicou "elevar o espaço de recepção para uma cota superior à da igreja e das ruínas do claustro, em mais de dois metros". Os dois foram responsáveis pelo projecto de recuperação e valorização do Mosteiro, que abriu em 2009.

Sobre o investimento de seis milhões de euros no equipamento hidráulico, acha que ele "diminui a possibilidade de a água entrar por capilaridade". Mas Alves Costa e Fernandez admitem que "quando a água do rio sobe acima de um certo nível, não há nada a fazer". Apostou-se na "tentativa de criar uma moderação dos efeitos da água, mas nunca resolver isso em definitivo", dizem.

Artur Corte-Real, que esteve ligado ao projecto de recuperação do mosteiro desde a década de 90 e que se demitiu em 2014 do cargo de director de serviços da DRCC, não quis pronunciar-se sobre o assunto.

O arqueólogo Francisco Sande Lemos, mesmo ressalvando não conhecer o processo por dentro e não ter feito parte da equipa que trabalhou no mosteiro, recorda que a intervenção e as escavações tinham em vista fazer a reprodução virtual do sítio, e depois voltar a enterrá-lo. "Esta era a boa solução; é um método utilizado em muitos países, que consiste em reenterrar os monumentos quando eles estão sujeitos a este tipo de inclemências do clima, numa região de grande pluviosidade", nota o arqueólogo da Universidade do Minho.

Já Celeste Amaro defende a recuperação e abertura. "É a opção mais correcta, pois faz com que o público possa usufruir daquele espaço, mas se calhar a mais cara", afirma.

com Vitor Ferreira

Existem "soluções financeiras" para agricultores afectados pelo mau tempo

Zita Moura e Carlos Pires

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, garantiu ontem, em Bruxelas, que haverá "soluções financeiras" para os agricultores afectados pelo mau tempo do passado fim-de-semana, principalmente no Baixo Mondego e Douro, tendo acrescentado que o levantamento dos prejuízos está a ser feito.

"Aproveitaria para tranquilizar os agricultores do Douro porque dispoemos, no quadro da política nacional e dos instrumentos financeiros da política agrícola comum, de soluções financeiras que permitem, sem encargos adicionais para o Estado português, suavizar e financiar uma grande parte – senão a totalidade – dos prejuízos de que venha a ser informado", disse o governante.

O ministro acrescentou que tem estado em contacto com "os directores regionais das regiões mais atingidas – o Baixo Mondego e o Douro: "Temos estado a trocar informações pelo telemóvel e constatamos que, de facto, pelo menos no Baixo Mondego, os problemas são menores".

Na região do Douro, que Capoulas Santos visita hoje, os prejuízos são provenientes "sobretudo do desmoronamento de muros dos socacos".

O programa de desenvolvimento rural inclui a medida de reposição do potencial produtivo que permite, com recursos financeiros da política agrícola comum e do Estado português, "mas sem aumento de despesas para o Orçamento do Estado", acudir a situações deste tipo, assegurou. O tecto financeiro é suficientemente amplo para acudir às situações já identificadas, sublinhou ainda o ministro, que se reuniu em Bruxelas com os seus homólogos europeus.

Inundações provocadas pela subida dos caudais dos rios, aluimentos de terras, derrocadas e quedas de muros graças à forte precipitação levaram a população a precaver-se e a tentar minimizar os estragos, que já se previam. No entanto, o mau tempo provocou uma vítima mortal e elevados prejuízos em habitações e culturas agrícolas.

Um homem foi levado no sábado pela corrente do rio Vouga, quando circulava de bicicleta na estrada da Cambeia, que liga a ponte de Cacia a Angeja. Foi encontrado 24h depois de dado o alerta do seu desaparecimento, já sem vida.

No Norte do país, as chuvas intensas que afectaram os municípios durienses de Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Peso da Régua e ainda o distrito de Vila Real, levaram a uma série de derrocadas, quedas de muros e aluimentos de terras e estradas. Sendo as vinhas, olivais e campos de batatas importantes fontes de sustento para as populações, os agricultores vão agora fazendo contas aos estragos. A chuva arrasou as culturas e até o acesso a elas: "As vinhas nem se vêem, nem cepas, nem pedras, nem arames, nem nada. Tinha uma vinha nova e também nem se vêem os enxertos, ficou tudo arrasado", relatou uma agricultora de 65 anos, Perpétua Cardoso.

Como Perpétua, muitos agricultores viram as suas culturas desaparecer com a força das águas. Sem seguros que cubram os danos, a situação torna-se preocupante. "Mexo com a economia da freguesia e das pessoas que só possuem esta fonte de rendimento, que é a vinha", explica o presidente da Junta de Fontes, Hugo Sequeira.

Ainda na zona duriense, no Peso da Régua, um deslizamento de terras soterrou parcialmente uma habitação de onde tiveram de ser retiradas duas pessoas durante a

noite de domingo. O rio Sousa também teve uma subida do caudal, no concelho de Gondomar, e provocou algumas inundações e cortes de estrada.

Já em Ponte de Lima, na noite de domingo, outras quatro casas foram afectadas por novo desabamento de terras. No total tiveram de ser evacuadas 12 pessoas, não existindo risco de colapso das casas, segundo o comandante dos bombeiros locais.

As linhas ferroviárias do Norte e do Vouga viram também a sua circulação muito dificultada e até interdita durante o fim-de-semana. A linha do Vouga teve a circulação entre Aveiro e Eírol suspensa no domingo, tendo sido reaberta esta segunda-feira, embora com algumas restrições de velocidade. Suspensa no domingo também devido ao temporal, a ligação ferroviária entre Alfaiões e a Figueira da Foz iria ser retomada nesta segunda-feira à noite, de acordo com informações prestadas por uma porta-voz da CP.

Todas as barras a norte de São Martinho do Porto estiveram fechadas ontem, com excepção do porto de Leixões, que esteve aberto a toda a navegação, e da barra de Viana do Castelo, fechada a embarcações com comprimento inferior a 30 metros. No resto do país, na zona sul e nos arquipélagos, todas as barras estiveram abertas.

Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, para o resto da semana está prevista uma acentuada descida da temperatura. **com Lusa**



Montemor-o-Velho, no Baixo Mondego, foi das regiões mais atingidas

em conjunto com a estabilização dos taludes, sob pena de os muros das margens do Mondego caírem. Estes trabalhos têm um custo estimado entre os 10 e os 16 milhões de euros.

Manter à vista?

Numa situação sem paralelo desde que reabriu ao público em 2009, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha ficou submerso pela segunda vez no espaço de um mês. Se na primeira vez a directora regional de Cultura do Centro apontou o dedo à EDP, pelas "descargas abruptas" efectuadas pela barragem da Aguieira, desta vez, Celeste Amaro refere apenas que a inundação se ficou a dever "ao aumento do caudal do rio".

Apesar de ter sido construído à volta do mosteiro um sistema de protecção, que impediu as águas de submergirem boa parte dele, como aconteceu desde o séc.XVII, a directora da DRCC reconhece que, "o sistema não estava desenhado